

ATA DA 080ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 11 DE JULHO DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Cesar Souza Junior - Ciro Roza - Dado Cherem - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Nilso José Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Valter Gallina - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Manifesta preocupação com relação à situação da nossa suinocultura.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Reporta-se à divulgação do salário dos funcionários públicos de todo o país.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Aborda a situação dos hospitais públicos.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Faz uma saudação, em nome deste Parlamento, a Fernando Henrique Cardoso.

Partidos Políticos

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Aborda a necessidade de se ter uma Defensoria Pública.

DEPUTADO MILTON SCHEFFER - Discute o Projeto de Lei n. 0146/2012.

Ordem do Dia

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Defende os produtores de bananas.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Defende os produtores de bananas.

DEPUTADO CARLOS CHIODINI - (pela ordem) - Defende e parabeniza os produtores de bananas.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Defende e parabeniza os produtores de bananas.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Defende e parabeniza os produtores de bananas.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Defende e parabeniza os produtores de bananas.

DEPUTADO EDISON ANDRINO (pela ordem) - Defende e parabeniza os produtores de bananas.

Explicação Pessoal

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Defende uma reforma política e partidária.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Solidariza-se com o deputado Silvio Dreveck.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Reporta-se ao Revigorar III e à situação de dificuldade na Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e todos que nos acompanham, ocupo esta tribuna, nesta tarde, para falar de um assunto que vem tomando páginas de jornais e da política, que é a situação da nossa suinocultura. Muitos municípios decretaram estado de emergência, e existe um debate, um processo de negociação e de diálogo, sendo que, hoje, a imprensa nacional traz uma informação importante.

O governo federal está tomando algumas iniciativas que devem ser anunciadas oficialmente na mobilização e nas audiências que ocorrerão em Brasília, tanto numa audiência pública na Câmara, pela manhã, como em outra audiência, desta feita com o ministro, na parte da tarde.

Comunico que estarei participando dessas audiências, porque vejo de grande importância essa atividade para Santa Catarina na agricultura familiar em nosso estado e no Brasil.

Infelizmente, nos últimos 20 anos perdemos muitas famílias, deputado Volnei Morastoni, no setor da produção de suinocultura, por uma estratégia das agroindústrias que estão concentrando a produção em menos propriedades. Tanto é que hoje o estado tem um pouco mais de dez mil propriedades - tínhamos mais de 60 - e produz mais suínos do que se produzia naquela época.

Então, é um modelo, uma estratégia imposta por parte das indústrias. E infelizmente o estado brasileiro deixou a liberdade para as indústrias e as agroindústrias implementarem essas políticas combinadas com essa estratégia de concentração, de retirarem do processo os agricultores chamados mais autônomos, não parceiros das indústrias.

Lamentavelmente, essa lógica produziu uma oferta acima da procura. É o que alegam. E isso causa também muito impacto, sem falar no aumento de custo da produção principalmente do milho e da soja, nos implementos para os animais, o que cria

uma crise em que o agricultor produz, e o preço está bem abaixo do custo de produção, produzindo crise para os agricultores familiares.

Felizmente, o governo federal está olhando para essa realidade e tem sensibilidade para atender a essa população, nos municípios, na economia local, mas em especial aos agricultores, anunciando algumas medidas como a liberação de R\$ 200 milhões em crédito para as empresas e supermercados armazenarem esses produtos e tirar ele do mercado. Temos também um anúncio de quarenta centavos por quilo de subsídio para o agricultor.

Essa é uma informação importante, mas tem que vir com uma política de segurança no sentido de que esse recurso vá para o agricultor, que as empresas aproveitem esse momento e não rebaixem ainda mais o preço do produto, para que esse valor não vir a se perder no processo.

Então, esses anúncios são muito importantes. É um esforço que o governo federal vem fazendo.

O terceiro ponto é o adiamento do pagamento das dívidas, das parcelas do custeio, para janeiro de 2013 e o investimento para a última parcela do contrato. Esses recursos teriam um prazo adequado pelo menos até janeiro de 2013, e a prestação do investimento como sendo um investimento a longo prazo, de oito a dez anos, e essa prestação vai para o último ano em que o agricultor vai pagar seu investimento.

São medidas que com certeza não resolvem o problema, mas já sinalizam uma perspectiva de amenizar o impacto desse momento de crise e preço baixo da nossa suinocultura.

Esperamos que no dia de amanhã possam buscar novos investimentos, novas políticas. E queremos cobrar do governo do estado e do secretário da Agricultura que também façam sua parte.

O secretário anunciou a merenda escolar, mas isso é uma questão irrisória. Já vimos isso em outros momentos, ou seja, a terceirização da merenda escolar e as empresas não cumprirem o papel, a determinação do estado de comprar essa alimentação no caso da suinocultura. Então, essa

medida de alimentação escolar é uma medida muito tímida para mexer de alguma forma neste momento de impacto dessa crise na suinocultura.

Deputado Moacir Sopelsa, temos o anúncio da Polícia Federal de periciar novamente o corpo de ex-vereador Marcelino Chiarello, assassinado em Chapecó, que será levado para São Paulo.

Esperamos que de fato essa situação criada no mês de janeiro, deputado Volnei Morastoni, da morte de uma grande liderança, de um vereador atuante, de um político exemplar do município de Chapecó, e não só deste município, mas de toda a região do oeste, tenha a situação esclarecida.

Acompanhamos a vida, a luta, o trabalho dele, conhecíamos muito bem o vereador Marcelino Chiarello e não temos dúvida de que a sua morte está vinculada à sua atuação, ao seu trabalho, à sua dedicação, à sua luta pela moralidade, pela justiça, à sua luta contra a corrupção naquele município, no estado de Santa Catarina. Entendemos que sua morte foi por motivo político. E esperamos que isto seja esclarecido o mais rápido possível para a família, para a comunidade e para as pessoas viverem mais tranquilas, porque a insegurança é muito grande.

Temos hoje uma matéria do jornal *Diário Catarinense*:

(Passa a ler.)

"A Polícia Federal está atuando no caso a pedido do Ministério Público, que deu sequência às investigações após a conclusão do inquérito pela Polícia Civil de Santa Catarina, que durou três meses. O relatório da Polícia Civil não foi conclusivo sobre a causa da morte de Chiarello, se houve suicídio ou homicídio."

Então, a partir dessa nova situação, dessa nova perícia, sr. presidente, esperamos que se faça uma apuração correta, certa, sem interferências, e que se possa trazer à tona somente a verdade.

É isso que Santa Catarina, Chapecó, o Brasil, precisam: uma apuração correta, uma apuração digna e que se traga a verdade sobre esse caso.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch. Com a palavra o próximo deputado inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, ontem, ao final do dia, deputado Volnei Morastoni, o Brasil teve efetivamente mais um grande avanço no combate à corrupção. O ministro Ayres Brito acatou liminar da Advocacia-Geral da União, AGU, cancelando toda e qualquer posição tomada por qualquer desembargador de estado deste país que proibia ou que se manifestava contrário às manifestações dos portais de transparência da divulgação dos seus funcionários, dos salários efetivos de cada um e de todos os penduricalhos que possam ocorrer em cada salário.

Em Brasília, um desembargador já havia tomado essa posição. Aqui em Santa Catarina existe um processo de sindicato, deputado Dirceu Dresch, que estava aguardando parecer do desembargador; em São Paulo um desembargador tomou posição contrária. E o que vimos no final da semana passada é que existem Tribunais de Justiça deste país com desembargadores com R\$ 248 mil de salário, deputado Kennedy Nunes. Isso, sim, é que é salário para quem trabalha na rede pública.

Não vou entrar no mérito se ganham bem ou mal, mas nada disso se sabia, a exemplo do que se via em nosso país do nosso combate aqui, deputado Dirceu Dresch.

O mistério público da caixa preta do Ministério Público do Tribunal de Contas ainda não está aberto, mas podem apostar que logo abriremos isso.

Qual o problema em mostrar a verdade a este país? O que temos que esconder ao povo catarinense, ao povo brasileiro? Temos que acabar com essa história de voto fechado no Senado, no Congresso, nas Assembleias! Cada deputado que for votar tem que assumir o seu voto, ou seja, se é favor, se é contra, se é abstenção.

Então, fico extremamente feliz com essa posição do presidente do Supremo, ministro Aires Brito, porque efetivamente isso acaba com a bobagem de desembargador dizendo que o povo não pode saber a verdade nas instâncias que são públicas e definir que todos os Tribunais de Justiça do país têm que cumprir a lei de direito à informação que foi implantada pela nossa presidenta Dilma Rousseff.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Quero parabenizá-lo, companheiro deputado Jailson Lima, e dizer que fico muito feliz com essa informação, com essa notícia, por que o que um servidor público, que recebe dinheiro da sociedade, tem a esconder? Por que não abrir isso? Qual é o problema? Se ele não quer abrir, não quer se expor, deve ter algum problema muito sério no seu salário.

Entendo que isso tem que ser público, essa é a minha avaliação, e espero que de fato nos próximos dias tenhamos acesso a essas informações. E se não for por direito, que infelizmente nos foi negado, que seja através do Ministério Público do Tribunal de Contas.

Com certeza, mais cedo ou mais tarde a sociedade catarinense terá acesso a essas informações, porque são funcionários públicos que são pagos com o dinheiro público e por isso não se admite que não se consiga ter acesso a todas essas informações.

É muito positivo esse fato de uma figura ser cassada no Senado federal que posava de bom moço, mas que infelizmente estava metido no submundo da influência política de corrupção pelo Brasil afora.

Então, este momento da democracia é um momento extraordinário para o nosso Brasil, no sentido de melhorar a condição do nosso país.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Com relação à cassação de Demóstenes Torres, deputado Dirceu

Dresch, que v.exa. acaba de citar hoje, esse senador vai poder voltar somente em 2027.

Foram 56 votos pela cassação, 19 votos contra e cinco ou seis abstenções.

Tenho absoluta convicção de que se fosse voto aberto ele não teria os 19 votos contra a cassação, porque a população sabe! Estão mais do que claras as relações que ocorreram com o tal de Cachoeira, que acabou levando o senador Demóstenes Torres cachoeira abaixo. E com certeza outros quadros também virão no decorrer da história.

Retornando ao tema da transparência pública, quero informar que vamos encaminhar uma moção nesta Casa, deputado Moacir Sopelsa - já pedi à minha assessoria que organizasse isso - ao ministro Aires Brito, parabenizando-o por essa decisão que define caminhos justos, corretos para a transparência deste país. Porque quando vemos muitas vezes a imprensa batendo no número de funcionários públicos, falando que o Brasil tem uma estrutura inchada, veremos que temos uma relação *per capita* de funcionalismo público inferior à americana. Se considerarmos a população americana com o número de funcionários públicos, a população brasileira com o número de funcionários públicos, a brasileira é menor; como também é menor também do que a europeia.

E quando se fala em europeia, vou falar da Alemanha, que tem a economia mais despojada no momento dos países do euro, em torno de dezessete deles transita o euro, com 22% de desemprego.

Temos um contingente funcional inferior, no entanto, o funcionalismo público neste país representa 14% do PIB. É essa relação que é elevada e isso acontece não pelos pequenos salários, mas principalmente por esses disparates que acabamos vendo e que à medida que se transforma em um processo transparente acabamos mudando esse contexto.

Então, parabéns ao ministro Ayres Britto.

Parabenizo também o deputado Nilson Berlanda, que está de aniversário hoje, e parece que depois vai ter um bolinho para comermos. Muitas felicidades.

O deputado Dirceu Dresch também está de aniversário hoje, assim como a deputada Luciane Carminatti. Parece que este é mês do aniversário dos deputados.

Este nosso país é vigoroso, deputado Joares Ponticelli, e vemos a imprensa batendo, falando por que está caindo um pouco a previsão do PIB. Mas isso é em decorrência do cenário mundial. Nós não podemos esquecer que estamos gerando mais emprego do que qualquer país da Europa ou dos Estados Unidos; não podemos esquecer os investimentos públicos que estão sendo feitos neste país por política de governo, e são R\$ 4 bilhões para Santa Catarina, deputado Moacir Sopelsa. Só espero que coloquem a plaquinha da Vilminha em cada inauguração de uma obra dessas, porque o governador não diz que o dinheiro é federal, quando há essas inaugurações.

Então, às vezes, ouvimos a imprensa falando, chorando, porque vamos ter a redução de mais meio ponto na taxa Selic, chegando a oito, a menor taxa Selic da história de toda configuração nacional. Então, o nosso país está indo em frente. Sou otimista, assim como o presidente Lula também foi e a nossa presidente Dilma Rousseff, que acaba e anunciar a liberação de R\$ 200 milhões para a crise suína do nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Volnei Morastoni, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente e srs. deputados, vou manifestar-me aqui apresentando o relato dos encaminhamentos da audiência pública que realizamos hoje pela manhã na comissão de Saúde desta Casa, sobre a situação dos hospitais públicos que estão sob a gestão direta do governo do estado, da secretaria estadual da Saúde, focando principalmente a situação do Instituto de Cardiologia de Santa Catarina, do Hospital Infantil Joana de Gusmão, do

Hospital Florianópolis e do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, de Joinville.

A audiência pública foi muito participativa. Tivemos a presença do secretário estadual da Saúde, e de seus assessores; do Sindicato dos Médicos, do Sindicato dos Servidores Públicos da Saúde, do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde e da Previdência de Santa Catarina e Nacional; do Tribunal de Contas da União, que acompanha através de auditorias a gestão dos hospitais, do Conselho Regional de Enfermagem, que acompanha a situação da enfermagem nos hospitais, dos vereadores Ricardo, representando a Câmara de Florianópolis, e de Adilson Mariano, representando a Câmara de Vereadores de Joinville, enfim, tivemos a presença de importantes setores da comunidade que vivenciam essa situação em Florianópolis, em Joinville e no interior do estado.

Foi uma audiência pública muito boa, que reafirmou o SUS enquanto uma instituição que está em construção na saúde. O SUS não é problema, mas é a solução com problemas.

O SUS, que é o maior sistema de saúde pública do mundo, está em construção. Nenhum outro país, nem a China, Rússia, Estados Unidos ou a Índia, apresenta às suas populações, que também são numerosas, um sistema público de saúde da envergadura, consistência e tamanho do Sistema Único de Saúde do Brasil.

Portanto, essa é mais uma audiência que se soma a dezenas de outras realizadas desde o ano passado pela nossa comissão de Saúde e que tem como foco comum a construção do Sistema Único de Saúde, a reafirmação do SUS.

E é reafirmando os princípios basilares do SUS que podemos analisá-lo sob o princípio da universalidade, equidade, integralidade, regionalização ou municipalização. São muitas as conquistas importantes do SUS, mas vou referir-me apenas aos quatro pilares fundamentais, sobre os quais se ergue o grande edifício do SUS: gerenciamento, financiamento, recursos humanos e controle social. Esses são os quatro pilares basilares do SUS, e, baseado neles, as audiências

públicas debateram a situação dos hospitais públicos de nosso estado. E quais foram às conclusões? A reafirmação desses princípios.

Em primeiro lugar, não há outra saída fora do SUS; a solução para os problemas envolvendo a Saúde em Santa Catarina está no SUS, está dentro do SUS, ou seja, no seu fortalecimento e no cumprimento dos seus princípios.

Para que haja um gerenciamento sob vários aspectos da vida dos cidadãos e tantas políticas públicas em todas as áreas, o estado deve ter competência e vontade política para com a Saúde, a Educação e a Segurança, que são os três pilares básicos da cidadania. De outra forma, terá que pedir desculpas e fechar as portas. E aqueles que foram eleitos para representar este estado, principalmente o nosso governador que se elegeu dizendo que a Saúde seria prioridade total, a número um, dois e três...

Os hospitais do nosso estado podem perfeitamente ser gerenciados, administrados diretamente pela secretaria estadual da Saúde, com pleno êxito, com gestão moderna, atendendo a recomendações que advieram dessa própria audiência pública, como, por exemplo, a profissionalização da gestão pública, hospitalar e de formação continuada. O estado pode providenciar isso, basta querer.

Temos o segundo pilar, que é o do financiamento, que além de cumprir os 12% determinados pelo estado, também precisa de uma vez por todas e definitivamente, porque já está mais do que recomendado pelo Tribunal de Contas da União, aplicar os 12% dos recursos que constituem o Fundo Social e os fundos do Seitec na Saúde.

Nos últimos cinco ou seis anos foram mais de R\$ 300 milhões que deixaram de ser recolhidos para a Saúde. Portanto, agora, imediatamente, o estado pode aplicar mais na Saúde, como os 12% devidos dos recursos do fundo. E, conforme o secretário, em função de contingenciamento de Orçamento, a secretaria da Fazenda estaria para anunciar um corte no valor de R\$ 80 milhões? Não pode, não dá, não é impossível, pelo contrário, é preciso repor

os milhões que o estado desviou para outras finalidades em vez de aplicar na Saúde.

Além disso, também queremos juntar forças, suprapartidariamente, a Assembleia Legislativa, o governo do estado e os movimentos sociais, para, junto ao governo federal e o ministério da Saúde, recuperar a defasagem do teto financeiro estadual de Santa Catarina, que no passado, quando muitos catarinenses iam se tratar no Paraná... E isso acabou influenciando na série histórica que determinou o cálculo do percentual do valor *per capita* para ser o repasse do fundo nacional para o fundo estadual. Hoje o *per capita* de Santa Catarina vale menos do que o *per capita* do Paraná e do Rio Grande do Sul. E o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, já mostrou vontade de começar a recuperar, e isso significa milhões para a Saúde de Santa Catarina.

Além do mais, queremos hipotecar apoio ao grande movimento nacional pelo projeto de lei de iniciativa popular para que a União aplique no mínimo 10% das receitas brutas correntes na saúde. E Santa Catarina tem que se somar com todo o Brasil para que neste ano e no máximo no ano que vem tenhamos essa conquista restabelecendo a frustrada votação da Emenda Constitucional n. 29, em dezembro do ano passado. Isso significaria pôr mais de R\$ 30 bilhões ou R\$ 40 bilhões na saúde, e seria importante para o governo federal compartilhar também com os estados e municípios.

Quanto ao terceiro pilar, os recursos humanos, é necessário que o governo chame imediatamente os aprovados no último concurso que fez, porque em todos esses hospitais em que discutimos a situação está comprovada a carência de pessoal, de médicos, enfermeiros e em outros setores também. O estado precisa suprir imediatamente a carência de pessoal nos hospitais.

Então, não somente os 290 que foram chamados agora, mas todos os aprovados têm que ser chamados! E outro concurso tem que ser aberto imediatamente, porque são mais de mil outros que deverão ser chamados para atender à necessidade dos hospitais.

Além dessa questão dos recursos humanos, também queremos que o estado, assim que o Hospital Florianópolis estiver pronto para reabrir, provavelmente no final deste ano, como são as previsões colocadas pelo governo, faça com que sejam novamente trazidos de volta os servidores do Hospital Florianópolis que foram distribuídos nesse ínterim em outros hospitais.

Então, precisamos que esses servidores retornem para o Hospital Florianópolis, para poder assumir esse hospital na plenitude como um hospital geral 100% SUS e administrado diretamente pela saúde.

Para concluir, quero dizer que o outro pilar importante, dos quatro pilares, é o controle social, Conselhos Municipais de Saúde, Conselho Estadual de Saúde e conferências de saúde, que não são somente pró-forma. Essas instâncias estão em lei do SUS e têm que ser respeitadas pelos governantes, pelo governo do estado e pelo secretário estadual da Saúde.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Volnei Morastoni.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Caro presidente, srs. deputados, sras. deputadas, meu cumprimento muito especial ao deputado Dirceu Dresch, que hoje completa 48 anos.

Quero saudar também todos os catarinenses que nos acompanham pelos nossos meios de comunicação.

Gostaria de fazer uma saudação muito especial a um político brasileiro. Se um dia fizermos uma listagem de pessoas que se destacaram na história do Brasil, certamente vamos colocar nessa lista Dom João VI, Getúlio Vargas e seguramente estará bem na ponta dessa lista o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Se o Brasil está, hoje, do jeito que está não é somente porque o brasileiro é trabalhador, aliás, sempre foi. Mas é porque houve um conjunto de mudanças, deputado Dado Chereim, nosso líder,

que não foram apenas dos governadores, dos deputados, dos presidentes ou do próprio presidente Fernando Henrique Cardoso. Toda classe política tem uma compreensão da realidade e, no cumprimento do seu dever, resolve os problemas, pelo menos as prioridades, da sociedade.

Cito aqui o presidente Fernando Henrique Cardoso como uma referência de inúmeros grandes políticos que o Brasil tem.

(Passa a ler.)

"O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu nesta terça-feira o prêmio John W. Kluge, concedido a intelectuais da área de Ciências Humanas. A cerimônia foi realizada na Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, em Washington.

Fernando Henrique é o primeiro latino-americano a receber o prêmio e foi escolhido em consulta a cerca de três mil intelectuais e homens públicos. Quando a premiação foi anunciada, a instituição destacou a trajetória do ex-presidente como sociólogo, da academia de letras para a política. E expressou-se da seguinte forma:

'A análise acadêmica das estruturas sociais do governo, da economia e das relações raciais no Brasil estabeleceram a estrutura intelectual de sua liderança como presidente na transformação do Brasil de uma ditadura militar com alta inflação em uma democracia vibrante, mais democrática e com forte crescimento econômico.' "

Seguramente, todos os brasileiros hoje se orgulham do Brasil, de seus governantes. Como nos orgulhamos agora da nossa presidente Dilma Rousseff.

(Continua lendo.)

"Fernando Henrique é o oitavo ganhador do prêmio. Antes de FHC, foram premiados, entre outros, o historiador americano Jaroslav Pelikan, o filósofo francês Paul Ricoeur e o filósofo polonês Lesek Kolakowski."

Enfim, inúmeras figuras, antes dele, receberam essa homenagem que foi destaque global.

Com relação à atuação na política os americanos ainda escreveram:

(Continua lendo.)

'Talvez a maior prova de sua realização intelectual é que seus sucessores continuaram muitas das suas políticas e asseguraram seu legado como um dos maiores líderes do Brasil.'"[sic]

Sem dúvida nenhuma, essa foi uma grande contribuição que o Brasil começou a ter, uma mudança muito grande a partir a Constituição de 1988, e que os presidentes, os governadores, as Assembleias, enfim, toda a estrutura do governo, seja do Poder Executivo, Legislativo, atendendo a clamores sociais que foram escritos na Constituição...

De fato, começou a fazer a grande mudança a este Brasil, a ser de fato um país para todos, o governo de Fernando Henrique Cardoso com sua coragem e habilidade política, justamente em reunir forças de vários partidos e conseguir elaborar várias mudanças, fazer inúmeras flexibilizações. Por exemplo: as reformas econômicas, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Enfim, o Brasil foi de fato passado a limpo. E quem teve essa habilidade foi Fernando Henrique Cardoso. E graças a essas mudanças o Brasil passa agora por essa transformação positiva que dá a todos nós orgulho de ser brasileiro. Políticas estas que ele iniciou foram, inclusive, continuadas e implementadas pelo ex-presidente Lula e pela atual presidente Dilma, que também manteve todas as suas iniciativas, e dão esse destaque ao Brasil inteiro.

Quero neste momento fazer uma saudação, em nome deste Parlamento, especial a Fernando Henrique Cardoso e dizer a todos os políticos que é graças à mudança de comportamento, graças à participação, ao maior envolvimento de todos nós políticos com as prioridades sociais das nossas comunidades, dos nossos estados, do Brasil, que conseguimos promover todas essas mudanças.

Quero cumprimentar o presidente da Fiesc, Glaucio Côrte, que tem caminhado por este estado, que se tem articulado com as lideranças empresariais e que tem feito muito contato com lideranças governamentais. E ao mesmo tempo em que defende a implantação de novas indústrias, que

defende a vinda de indústrias para o estado, defende também que temos que dar apoio para a manutenção das indústrias que temos hoje vigentes.

Graças a esse poder de articulação de todos nós, o governo de Santa Catarina encaminhou a esta Casa, que está tramitando, um plano para atender a todos aqueles que ficaram com seus impostos atrasados, que por alguma razão não conseguiram manter ou honrar seus compromissos tributários com o estado. E através desse Projeto de Lei n. 237, de origem governamental, o Revigorar IV, concede a oportunidade para que as empresas que não conseguiram pagar seus tributos até o mês de julho deste ano tenham isenção de grande parte de multa, de juros, para pagar o que estavam devendo antes e regularizar sua situação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, o primeiro horário pertence ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero saudá-lo.

Tínhamos conversado com o nosso colega Silvio Dreveck para usar o tempo do seu partido antes do meu. Mas como já fizemos a entrevista com a TVAL, vamos ocupar esta tribuna em nome do nosso partido, da nossa bancada, no dia de hoje.

Hoje é um dia para mim muito especial, pois comemoramos mais um aninho. Sempre fico feliz, pois pude completar mais um ano de vida, mais um ano intensamente vivido, porque o nosso trabalho como parlamentar é de muita dedicação, girando por este estado, tentando contribuir o máximo com a nossa população catarinense, para de fato ajudar as pessoas a melhorar a sua condição de vida.

Esse é o nosso grande objetivo de estar aqui neste momento também como líder da nossa bancada. Tenho essa satisfação, o meu companheiro, deputado Volnei Morastoni...

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Quero aproveitar o início do seu pronunciamento para parabenizá-lo pelo seu aniversário. Parabéns, felicidades, muitos anos de vida, tudo de bom.

Em nome da nossa bancada, tenho certeza de que os parlamentares desta Casa também comungam desse desejo, especialmente da nossa parte, da bancada, como um líder atuante, combativo e muito companheiro que é.

Parabéns! Sucesso sempre.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Muito obrigado, deputado.

Já recebemos ligações, conversamos com muitos amigos nossos, colegas deste estado, desta Casa, do Brasil, de outras regiões. Então, fico feliz em estar aqui neste momento, como deputado, privilegiado, com certeza, deputado Silvio Dreveck, porque Santa Catarina tem mais de seis milhões de habitantes, e nós estamos aqui em 40 deputados, escolhidos entre muitos candidatos para representar o povo catarinense.

Para nós isso é uma satisfação extraordinária, uma alegria, e por isso mesmo eu falava que temos que não medir esforços para nos dedicar a este povo que tanto espera de nós, neste Parlamento, que tanto aposta, que tanto acompanha o nosso trabalho, que nos cobra, cobra projetos, cobra ações.

Como eu citava há pouco na fala das Breves Comunicações, são os suinocultores que estão cobrando ações para ajudá-los, são os nossos companheiros da família Chiarello, em Chapecó, que nos cobram também a apuração deste caso. Enfim, são tantos assuntos, deputado José Milton Scheffer.

Atuamos no setor da agricultura, também da agricultura familiar. E acompanhávamos a fala do deputado Volnei Morastoni sobre o SUS, Sistema Único de Saúde, na sua audiência pública promovida hoje pela manhã, da qual não nos foi possível participar, pois aconteceu juntamente com a sessão

e também com a reunião da comissão de Finanças sobre os investimentos que o governo federal também vem fazendo e contribuindo com Santa Catarina.

Neste último período, devemos passar em torno de cinco bilhões de investimentos federais, sejam eles empréstimos, sejam outros recursos que vêm para o nosso estado de Santa Catarina, com a ação das nossas lideranças, tanto da bancada Partido dos Trabalhadores, como as nossas lideranças federais que assumiram espaços no governo do estado. E cito o João José, no DNIT, o companheiro Jurandir, do ministério do Desenvolvimento Agrário, e tantos outros que estão aí atuando, lutando pelo nosso estado de Santa Catarina.

Não posso, neste dia de hoje, falar em nome do partido sem falar nessa grande expectativa da sociedade catarinense de ter uma Defensoria Pública de qualidade para defender o nosso cidadão catarinense.

Deputado Serafim Venzon, são mais de 50 mil assinaturas. A sociedade se organizou e entrou com um projeto, há dois anos, neste Parlamento, tendo neste projeto o sonho de ter uma instituição pública, séria, com condições de defender os nossos cidadãos que não têm condições de bancar uma assessoria, um advogado.

Temos aqui, e reconheço sempre em todas as minhas falas, o papel dos advogados, o papel da OAB, neste processo da Defensoria Dativa.

Agora chegou ao limite. Se o nosso estado de fato é um exemplo para o Brasil, em algumas áreas ele não pode ser considerado exemplo neste caso da Defensoria Pública, pois é o último estado a implantar com esta lei, que esperamos que seja implantada.

Não consigo ver uma opção política do estado catarinense. É isto que precisamos: ver implantar uma defensoria pública, de fato, dentro das regras da lei, dentro das regras constitucionais.

Estamos aguardando o relatório do deputado José Nei Ascari, nosso relator da comissão de Constituição e Justiça.

A nossa bancada apresentou até ontem à noite 32 emendas. Esperamos que uma boa parte dessas emendas ou, quem sabe, todas sejam acolhidas, porque fizemos essas emendas numa tentativa de salvar o projeto. Não posso falar diferente: uma tentativa de salvar o projeto. Por quê? Porque nós entendemos e reconhecemos essa luta de toda a sociedade.

Reconhecemos agora a necessidade de o estado encaminhar esse projeto para a Assembleia, mas ainda queremos ver na sua votação uma concepção de convencimento político do governo do estado e da base do governo nesta Casa, pois iremos criar uma defensoria pública séria em Santa Catarina, a exemplo de outros tantos estados, e muitos deles com menos condições financeiras do que Santa Catarina, já criaram, já está funcionando, e a população já está usufruindo deste direito de acesso à Justiça.

Então, srs. deputados, sras. deputadas, estou muito feliz com o debate que fizemos na audiência pública, no dia de ontem, proposta pela nossa bancada, por vários deputados presentes, que trouxe o acúmulo desse debate e propostas construídas de emendas.

Esperamos que nos próximos dias e com muito diálogo, muita conversa, possamos chegar a um bom entendimento para beneficiar pessoas que muitas vezes estão presas, como o agricultor que é lesado injustamente e não têm condições de pagar um advogado, também o trabalhador, o morador de rua ou qualquer cidadão catarinense que precisa de alguém para defendê-lo e não apenas para fazer ações judiciais, mas quem sabe, em muitos momentos, fazer acordos extrajudiciais, resolver os problemas da melhor forma possível, deslanchar os conflitos que no dia a dia aparecem na sociedade catarinense.

Temos um convênio na Defensoria Dativa que inclusive gera muitas desinformações, pois uns falam em 90 milhões, outros 95 e até 100 milhões de dívidas. Fala-se em três milhões por mês o custo desse convênio. Enfim, entendemos que as entidades, os advogados, a OAB, as universidades,

as entidades públicas, seja a Defensoria Pública federal, sejam outras que possam contribuir... Mas o que precisamos é uma determinação do nosso estado em implantar em Santa Catarina a nossa defensoria pública.

Falar em 20 defensores, no primeiro momento não é possível. Temos propostas de 14 regionais. Temos propostas de deputados para ampliar essas regionais. Mas com 20 defensores não se faz nada ou muito pouco. Precisa-se ampliar isso, precisa-se, quem sabe, ampliar as regionais. É verdade, eu concordo que a defensoria esteja mais próxima do cidadão catarinense, da sociedade e das pessoas que precisam.

Então, esse é o nosso anseio e, por isso, estamos nesta luta convencidos de que é uma instituição importante. Se o estado brasileiro possui o Judiciário para condenar o cidadão, precisamos de uma instituição pública que possa defender também o nosso cidadão.

É isso, sr. presidente!

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Milton Scheffer, por sete minutos.

O SR. DEPUTADO MILTON SCHEFFER - Deputado Moacir Sopelsa, que preside esta sessão, quero em seu nome cumprimentar o nosso grande líder, deputado Silvio Dreveck, que nos cedeu espaço para aqui fazermos a defesa de um projeto de lei que vai ser votado hoje, que regulamenta a comercialização de uma das frutas mais brasileiras de todas, a banana.

Santa Catarina é o terceiro estado produtor de banana do Brasil. Apesar do nosso pequeno território, a nossa produção é de qualidade. Hoje, seis mil produtores vivem do plantio, do cultivo de banana. O litoral norte é a área que mais produz, com muita tecnificação. O litoral sul

também. Colhemos no último ano cerca de 800 mil toneladas. Cultivamos na faixa de 30 mil hectares no litoral, com um rendimento médio de 22, 23 toneladas de fruta por hectare.

Os municípios que mais produzem essa fruta são Luiz Alves e Corupá, no litoral norte, e Jacinto Machado, no litoral sul. Santa Catarina tem uma fruta de excelente qualidade e acessa mercados regionais como Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, além do abastecimento do mercado local.

Também, graças à qualidade que temos, conseguimos comercializar o produto especialmente na Argentina e no Uruguai. Em 2010, Santa Catarina liderou o mercado de exportação de banana com 52% de todo o volume comercializado no mercado externo. São comercializadas caixas de 20 a 22kg.

O que vem ocorrendo ao longo do tempo é que o produtor rural, que é exigido pelas normas a obedecer a regras e critérios fitossanitários, é obrigado a cumprir uma série de exigências para acessar o mercado. O produtor rural que tem investido em tecnologias, em novas cultivares, que tem buscado aplicar todo o conhecimento dedicado no plantio dessa fruta ao mesmo tempo não tem tido do governo um atendimento suficiente para incentivá-lo e criar condições de comercialização.

É preciso registrar o esforço e o avanço em termos de ganho de produtividade, de aplicação de tecnologia, de cuidados fitossanitários que nos permita vender a nossa fruta em outros países, ultrapassando todas as barreiras.

Merecem aqui os nossos cumprimentos os agricultores, os técnicos da Cidasc que trabalham nos programas de fitossanidade, nas barreiras, acompanhando e cuidando para que doenças como o Mal de Sigatoka Preta e outras doenças não adentrem ao nosso mercado e permitindo que o agricultor catarinense possa acessar periodicamente outros mercados.

Temos também o avanço da pesquisa. A estação experimental da Epagri de Itajaí tem uma história em nível de Brasil, em termos de pesquisa, de lançamento de novas cultivares e de pesquisa de

tecnologia para que os produtores dessa fruta possam produzir com rendimento a cada ano mais nas suas lavouras.

Por isso aqui quero cumprimentar todos os técnicos da Cidasc e da Epagri pelo grande trabalho que fazem no desenvolvimento de tecnologia, na proteção e no acompanhamento dos nossos produtores.

Há um projeto de lei de nossa autoria que será votado hoje, que modifica o sistema de comercialização. O que vinha ocorrendo é que se convencionou no passado comercializar a fruta em caixa para o atacado, e o atacado comercializa essa fruta em quilo para o sistema de varejo. Por isso os nossos produtores rurais de banana têm perdido ao longo dos anos, a cada ano, de R\$ 30 a R\$ 50 milhões, que deixam de ficar nessas seis mil famílias que cultivam a banana e vão para os supermercados e outras redes de varejo e também para o sistema de atacado.

Por isso criamos um projeto de lei que será votado hoje, e estamos aqui fazendo a defesa dele, no sentido de transformarmos a comercialização dessa fruta em unidades de caixa, que passará a ser em quilo, e a partir daí ajudar a agregar mais valor na produção lá na lavoura, lá na propriedade rural, deixando nas propriedades de Santa Catarina de R\$ 30 a R\$ 50 milhões todos os anos para as famílias dos nossos agricultores.

Fica aqui o apelo a cada um e a cada uma para nos apoiar nessa caminhada transformando esse sistema de comercialização e levando mais recursos para aqueles que de sol a sol, com chuva, com todo o problema climático, no dia a dia têm enfrentado as intempéries para produzir essa fruta que é, sem dúvida nenhuma, a mais brasileira de todas.

A Assembleia legislativa com isso cumpre o seu papel de estar ao lado da sociedade catarinense; cumpre o seu papel de estar ao lado do produtor rural e faz uma lei justa que vai apoiar ainda mais os nossos agricultores, especialmente a agricultura familiar.

Por isso, deputado Moacir Sopelsa, ao passo que peço aqui o apoio de todos os srs. deputados e

sras. deputadas para esse projeto de lei, em nome dos nossos agricultores, da agricultura familiar, dos produtores de banana de Santa Catarina que com a aprovação desse projeto de lei terão mais recursos nas suas propriedades para continuar investindo tanto na sua família, como também em tecnologia para aumentar a produção e a produtividade, também quero aproveitar aqui, em nome da associação dos bananicultores....

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos partidos políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo deputado do PSDB que queira fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PSD.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSD que queira fazer uso da palavra, esta Presidência suspende a presente sessão até as 16h.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0146/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0086/2012, de autoria do deputado José Milton Scheffer, que dispõe sobre a

comercialização de banana "in natura" no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Agricultura e Política Rural e de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Em discussão.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Peço a palavra, sr. presidente, para discutir o Projeto de Lei n. 0146/2012.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, para discutir o referido projeto, deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, quero registrar a presença na Casa de mais de 16 associações de bananicultores e agricultores do norte e do sul de Santa Catarina.

Esse é um projeto importante porque apenas no regramento da comercialização iremos colocar mais recursos nas propriedades. Hoje o comércio é feito em caixas, e um estudo feito pela Epagri, através de reivindicação da Federação de Bananicultores de Santa Catarina, aponta para um prejuízo dos agricultores de R\$ 20 milhões até R\$ 50 milhões por ano nas suas propriedades.

O nosso estado é o terceiro produtor nacional de bananas. Exportamos para a Argentina e o Uruguai. E os nossos produtores não se têm beneficiado desse ganho tecnológico.

Por isso, esse projeto de lei vem ao encontro de uma reivindicação dos produtores e também do setor de comércio, que terá um produto com mais qualidade. É um projeto simples, mas que vai trazer mais ganho para os nossos agricultores.

Nós queremos aqui também registrar a presença dos agricultores, de suas associações e da Federação Catarinense de Bananicultores que está apoiando esse projeto, porque é uma antiga reivindicação dos produtores de banana de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu só gostaria de fazer um registro, sr. presidente, pessoas que nos estão acompanhando pela TVAL.

Quero aqui parabenizar o deputado José Milton Scheffer, pelo projeto que obriga que a banana seja comercializada por quilo e não mais por caixa.

Sempre ouvi aquele jargão "isso é preço de banana". E quando se fala em preço de banana, logo imagino que é baratinho. Mas agora depois de entender o Projeto de Lei do deputado José Milton e discutir isso nas comissões, vi que quem estava sendo prejudicado era o produtor de bananas. Por quê? Porque compravam a preço de banana e vendiam por quilo. E o projeto agora exige que a comercialização seja feita por quilo. Por isso vamos chegar a ponto, como disse o deputado, de darmos essa garantia.

Parabéns ao deputado José Milton que foi sensível ao pedido. E aqui em Santa Catarina começamos dar exemplo ao Brasil inteiro para que o produtor de banana não seja tão prejudicado como até agora. E que esse jargão que existe seja para realmente para valorizar o produtor desse produto que gostamos tanto.

Muito obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, também quero me somar a essa luta. Fizemos um trabalho na comissão de Constituição e Justiça, juntamente com o deputado José Milton Scheffer, por sua iniciativa. De fato, como ele já dizia, é uma reivindicação dos agricultores, dos produtores e da sua associação.

É sempre importante quando conseguimos construir uma legislação que venha dos anseios da

população, dos trabalhadores e no caso vem em benefício econômico.

Parabenizo-os como sindicalista, ex-agricultor e agora como deputado. Precisamos, sim, sr. presidente, contribuir com essa categoria que produz alimentos para o Brasil e para o mundo.

Muito obrigado!

O SR. Deputado Carlos Chiodini - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Carlos Chiodini.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Eu gostaria de salientar algumas situações referentes à bananicultura, tema que já foi motivo de pronunciamento de minha parte nesta Casa, acompanhado pelos bananicultores e lideranças do estado de Santa Catarina, no caso das importações, deputado José Milton Scheffer, de bananas do Equador, um temor do segmento.

Saliento a sua atitude, deputado José Milton Scheffer, que com esse projeto busca valorizar essa importante cultura, também representativa em grande parte do nosso estado, com grande representatividade na nossa região, no vale do Itapocu, no norte catarinense, que se faz presente hoje nesta Casa com um grande número de agricultores, com associações formalizadas, deputado Nilson Gonçalves, que regulam e que cada dia conquistam o seu devido espaço pela importância da bananicultura e a sua grande produção em nosso estado.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Eu só quero deixar externado e registrar também o meu sentimento de solidariedade ao deputado José Milton Scheffer, pela feliz idéia de solucionar um problema que já se vem arrastando há muito tempo, que é o prejuízo que os bananicultores têm. E esse problema não é de hoje.

Recentemente, tive a oportunidade de ajudá-los, de intermediar alguma verba para os bananicultores de São João do Itapiririú, pois conhecemos muito bem a situação, até porque a nossa região é muita vasta, e também existe um número muito grande de bananicultores na área.

Esse problema vinha necessitando de uma solução jurídica. E a partir do momento em que se torna lei, eles têm o mecanismo em mãos para fazer valer os seus direitos e acabar com o prejuízo, aliás, o prejuízo eles já têm numa série de outros setores, porque o produtor infelizmente que tem o seu bananal, quando termina o ciclo da colheita, quase tem que pagar para entregar a banana. E com essa lei pelo menos uma parte do prejuízo é sanada.

Parabéns ao deputado José Milton Scheffer, e vamos também tentar achar uma solução para outros problemas dos bananicultores, que não são pequenos.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, visitantes que nos dão a honra de prestigiar o Parlamento catarinense, na tarde de hoje, faz aproximadamente 20 dias que eu e o deputado José Milton Scheffer estivemos reunidos com as associações por falta de pagamento aos técnicos, aos agrônomos, e resolvemos essa questão. Sabemos da dificuldade que existe para os produtores de banana, só quem não ganha dinheiro são os produtores, porque quem comercializa é que ganha.

Acho que com esse projeto existe a forma que se o produtor não ganhar também não perde a produção e não vai receber menos. Esse projeto de lei ajuda os produtores a não perderem o produto, a banana, e a renda familiar dos produtores vai aumentar. Sendo que este Parlamento, esta Casa, está aqui para contribuir, para ajudar, por isso, estamos dando apoio aos bananicultores, para que

os nossos produtores de banana de Santa Catarina, que são um símbolo em nosso estado, continuem produzindo a melhor banana do Brasil, muito obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, em primeiro lugar quero saudar o deputado José Milton Scheffer, que através deste projeto dá oportunidade para todos nós deputados corrigirmos uma injustiça que vinha sendo sistematicamente praticada com os bananicultores. Como já foi colocado, a banana que compramos no mercado é paga por quilo, mas os produtores vendem por caixa, sendo que a caixa é estimada por peso. E essa estimativa de peso sempre era em benefício do intermediário.

E agora, com esse projeto de lei, passamos a ser, então, mais justos. Quer dizer, o bananicultor vai vender a banana pelo peso e vamos comprá-la no mercado pelo mesmo peso.

Em segundo lugar, quero cumprimentar os bananicultores que aqui estão. Eu visitei algumas associações, visitei, inclusive, em Corupá, a Associação do Rio Novo, uma localidade de Corupá. Mas a banana é produzida em muitas regiões de Santa Catarina.

Então, estão de parabéns os nossos produtores que orgulham Santa Catarina pela qualidade da banana que é vendida. Inclusive a banana é produzida com uma qualidade tal que geralmente essas associações de economia familiar conseguem vender todo o seu produto dentro do mercado externo e alguns até conseguem exportar.

Meus parabéns ao deputado Milton Sheffer e uma saudação especial aos nossos produtores que orgulham o estado de Santa Catarina.

(Palmas)

O Sr. Deputado Edison Andrino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, muitas pessoas já falaram aqui sobre a banana, mas quero somente lembrar uma coisa que considero importante.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar os que plantam banana, o autor da proposta e dizer que a banana é uma das frutas mais saudáveis. Quem de nós, pequeninos, não comeu banana amassada com leite, com aveia? Ela é uma das melhores frutas para a saúde. E quero aqui lembrar que o Guga, nas suas competições internacionais, e não foram poucas as competições vitoriosas, no intervalo entre elas, ele se valia de uma banana para ganhar energia. Então, a banana contribuiu também para ser campeão em várias competições internacionais de tênis.

Obrigado, sr. presidente.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Em votação o Projeto de Lei n. 0086/2012.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 1.999/2012, de autoria do deputado Gilmar Knaesel, que altera o art. 1º da Lei n. 15.450, de 2011 (denomina rodovia).

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0253/2011, de autoria do deputado Aldo Schneider, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de hidrômetro de

consumo global e por unidade autônoma de água nas edificações prediais verticais e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0502/2011, de autoria do deputado Darci de Matos, que determina a veiculação de mensagens educativas sobre o uso de drogas em *shows*, eventos culturais e esportivos voltados ao público infantojuvenil, bem como nos respectivos ingressos.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura e Desporto e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0579/2011, de autoria da bancada do PT, que institui o Dia em Defesa da Vida, da Democracia e da Justiça.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda supressiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, as Indicações n.s: 0332/2012, de autoria do deputado Neodi Saretta, e 0333/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Esta Presidência comunica também que defere de plano os Requerimentos n.s: 0669/2012, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 0670/2012, 0671/2012, 06722/2012, 0673/2012, 0674/2012, 0675/2012, 0676/2012 e 06782012, de autoria do deputado Sandro Silva; 0679/2012, 0680/2012, 0681/2012 e 0682/2012, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0683/2012, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 0684/2012, 0685/2012, 0686/2012, 0687/2012 e 0688/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Moção n. 0042/2012, de autoria da comissão de Agricultura e Política Rural, apelando à presidente da República, ao governador do estado, aos ministros da Agricultura, da Fazenda, do Desenvolvimento Agrário, da Infraestrutura, das Relações Internacionais, ao secretário da Agricultura, ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, ao presidente da comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados e ao presidente do Banco do Brasil por medidas emergenciais para amenizar a penosa situação em que se encontram os agricultores catarinenses para amenizar pelo longo período de estiagem ocorrido nas regiões do oeste do estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Fim da pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito o sr. deputado Silvio Dreveck a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, depois de 60 dias de licença, e no meu lugar esteve o deputado Plínio de Castro, do oeste catarinense, retorno à Casa iniciando as minhas atividades participando da audiência pública de ontem sobre a Defensoria Pública. Foi um debate bastante profundo.

Hoje votamos este projeto de autoria do deputado José Milton Scheffer, e na época em que ele apresentou a matéria eu ainda tinha algumas dúvidas. Então, perguntava a ele se havia consultado as cooperativas, os bananicultores que conhecem de fato o assunto. E ele me informou que havia essa reivindicação. Então, parabéns pela sua iniciativa e parabenizo, também, os bananicultores que se fazem presentes e aqueles que não estão presentes, mas que são grandes batalhadores nessa atividade tão importante para o Brasil.

Por outro lado, sr. presidente, estamos novamente num período eleitoral e cada vez mais me convenço que o Brasil precisa, urgentemente, de uma reforma política e partidária.

Já defendemos desta tribuna, e voltamos novamente a falar no dia de hoje, que não é possível termos eleições a cada dois anos no Brasil, deputado Kennedy Nunes. O Brasil precisa de um calendário que unifique a eleição para vereador, prefeito, deputado estadual, deputado federal, senador, governador e presidente da República. É um custo muito alto a cada dois anos termos eleições no Brasil, tanto para os partidos, para os candidatos, quanto para a Justiça Eleitoral, havendo também o desgaste físico, psicológico, gasto do dinheiro público e do dinheiro privado.

No período do ano em que há eleições praticamente se limita o repasse de recursos, ou seja, de convênios do estado para os municípios, da União para os estados, da União para os

municípios. Portanto, a cada quatro anos temos dois anos que ficamos impossibilitados de dar celeridade a investimentos.

Além disso, defendemos que precisamos diminuir o custo Brasil. E o que é o custo Brasil? É essa elevadíssima carga tributária, é essa burocracia, que é a maior de todas, que está entre as maiores do mundo, deputado Manoel Mota. E vamos tomar por base apenas o número de horas que o Brasil precisa para fazer a execução burocrática de arrecadação de impostos nas empresas, comparando com outros países, estamos na faixa de 1.200 horas/ano, enquanto outros países estão na média de 50 horas/ano.

E como vamos reduzir o custo Brasil para poder competir no mercado internacional com os nossos produtos, se não fizermos as reformas políticas e partidárias, para permitir fazer as reformas fiscal, tributária, previdenciária, entre outras, reduzindo o custo Brasil para termos mais dinheiro para investimentos para aplicar no nosso sistema de rodovias, ferrovias, aeroportos, portos, entre outros? E sem fazer a reforma política e partidária não vamos avançar em nada, a não ser nas coisas pontuais.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Deputado Silvio Dreveck, quero cumprimentar v.exa. e dizer que há alguns dias estive nesta tribuna falando sobre este mesmo assunto. O povo não aguenta mais o fato de as eleições acontecerem de dois em dois anos porque mal conseguimos tomar fôlego de uma eleição e já vem outra. Quer dizer, em vez de estarmos trabalhando para alcançar resultados, que é o que o povo espera de um político, temos que ficar nas bases.

Deveríamos trabalhar visando à reforma política, à reforma dos Poderes e também elaborar um trabalho no Parlamento Catarinense, em toda a

federação, para que todos encaminhem uma moção ao Congresso Nacional apelando por medidas relacionadas a esse assunto e que não fiquem apenas falando sobre isso em época de eleição para buscar votos.

Apoio totalmente a sua fala, deputado Silvio Dreveck, e conte comigo para encaminharmos uma moção conjunta ao Congresso Nacional visando buscar reformas políticas, partidárias e dos Poderes, para que tenhamos um país mais leve, com uma divisão geográfica adequada a cada estado, e que possamos também celebrar o pacto federativo, porque os estados e os municípios estão morrendo enquanto todos os recursos ficam com o governo federal.

Gostaria de cumprimentar v.exa. e dizer que estamos juntos nessa missão.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Obrigado, deputado Manoel Mota, incorporo a sua manifestação ao meu pronunciamento. Também gostaria de dizer que concordo quando v.exa. diz que temos que unir esforços com todas as lideranças políticas, com todas as Assembleias Legislativas, independentemente de cor partidária, para fazer com que as nossas lideranças federais, que são eleitas nos estados, os nossos deputados federais e senadores, levem esse pleito à nossa presidenta, porque num sistema presidencialista as coisas acontecem na hora em que há o desejo, a determinação da presidente da República, ou seja, quando o Executivo encaminha para o Legislativo, caso contrário, as propostas já existentes, inclusive de parlamentares catarinenses, continuam sem andamento.

Sabemos que no Congresso Nacional há muito corporativismo, muitos interesses e que as propostas existentes dificilmente têm celeridade, mas quando parte do Executivo, ou seja, da Presidência da República, quando há interesse por uma matéria relevante, ela é aprovada de forma rápida, até por medida provisória.

Não quero com isso dizer que temos que aprovar matérias em forma de medida provisória, mas é

preciso fazer com que esse debate tenha celeridade e transforme-se em projeto de lei capitaneado tanto pelo Executivo quanto pelos partidos que dão sustentação à presidenta, pois certamente terão o apoio dos demais partidos de Oposição que têm interesse que essa reforma política aconteça para que se façam outras reformas necessárias no campo tributário, fiscal, previdenciário, trabalhista e assim por diante.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, quero dizer que recebi há pouco, da Associação de Bananicultores do município de Luís Alves, um convite, e eu gostaria de passá-lo a todos os srs. deputados, para a 23ª Festa da Banana e a 25ª Festa Nacional da Cachaça. É uma boa combinação e fica aqui o convite. Elas acontecerão dos dias 12 a 15 de julho - portanto esta semana -, em Luís Alves.

Fica aqui um convite, em nome da Federação das Associações e Cooperativas dos Produtores de Banana do Estado de Santa Catarina, do sr. Orlando, aqui representado pela Eliane Cristina Müller, para os srs. deputados e aquelas pessoas que se encontram na Casa, uma vez que está sendo servido no *hall* atrás da Sala de Imprensa um coquetel com produtos de banana. E há também uma amostra do artesanato fruto das mulheres dos bananicultores.

Portanto, deixo aqui o convite a todos os srs. deputados e para as pessoas que estão no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, no ano passado esta Casa aprovou um dos projetos de

lei mais importantes que o sr. governador encaminhou a este Poder, o Revigorar III. E quando já estava tramitando aqui o sr. governador pediu de volta o projeto Revigorar III para poder reencaminhá-lo, com o compromisso explícito num dos seus artigos de que, com exceção da cota parte destinada para os municípios, 25%, os recursos restantes seriam todos destinados para a Saúde.

Naquele momento, em meados do ano passado, já estava configurada essa situação de dificuldade na Saúde, os problemas na Saúde, as reivindicações crescentes dos hospitais públicos do estado, dos hospitais contratualizados pelo SUS e dos hospitais filantrópicos com dificuldades de custeio.

As nossas audiências públicas da comissão de Saúde já mostravam nesse debate que o estado precisaria carrear recursos mais suplementares para a Saúde, especialmente para ajudar os hospitais. E vejam que falo aqui dos hospitais com esse enfoque, mas sempre fui, em primeiro plano, um defensor da atenção básica da estratégia da saúde da família e das unidades de pronto-atendimento, porque se esses serviços e ações funcionarem, mais de 90% dos problemas de saúde serão resolvidos. Mas os hospitais ocupam também um lugar importante que não podemos ignorar.

No entanto, srs. deputados, esse projeto de lei, com esse enfoque que foi encaminhado pelo sr. governador, que se transformou na Lei n. 15.510, de 26 de julho de 2011, que aprovou nesta Casa o Programa Catarinense de Revigoramento Econômico, o Revigorar... Portanto, cobrando da dívida ativa de pessoas jurídicas, devedores para o estado, uma parte dessa dívida...

Nós sabemos que são mais de R\$ 6 bilhões e que o estado sempre consegue de tempo em tempo cobrar uma parte. Agora mesmo vamos voltar a apreciar outro Revigorar, o Revigorar IV, em que o governo tenta novamente cobrar mais uma parte dessa dívida.

Mas no Revigorar III, que se transformou na Lei n. 15.510, de 26 de julho de 2011, no seu art. 6º ficou bem explícita aquela manifesta intenção

de que os recursos recolhidos com os benefícios previstos nessa lei serão destinados às ações, aos programas e aos serviços públicos de saúde do estado, deduzidos os percentuais das parcelas pertencentes aos municípios nos termos do art. 133 da Constituição Estadual.

No entanto, srs. deputados e sras. deputadas, eu já fiz um pedido de informação oficial, através desta Casa, a ser encaminhado ao sr. governador.

Este pedido de informação foi encaminhado no mês de maio, nós estamos em julho, solicitando:

(Passa a ler.)

"Qual o valor total arrecadado com o Revigorar III, desde que foi sancionado até a presente data?

Qual o valor aplicado do montante arrecadado em Saúde até a presente data?

Em que ações e programas da Saúde os recursos foram aplicados até a presente data?

Qual o plano de trabalho em que ações e programas serão aplicados os recursos ainda não utilizados?"[sic]

Embora, não tenha recebido resposta ainda do governo do estado, tenho informações extraoficiais que no máximo o governo utilizou 10%. Deputado Narcizo Parisotto, 10% desses recursos apenas foram aplicados à finalidade precípua deste Revigorar III. Portanto, 90% ou mais desses recursos não foram destinados à finalidade que a lei foi aprovada.

Essa situação que estou aqui relatando é muito grave, porque todos somos testemunhas da situação difícil em que está a Saúde. Os hospitais públicos do estado estão a mendigar, solicitar recursos para várias ações, obras, equipamentos, contratação de pessoal. Os hospitais da rede privada, filantrópicos, contratualizados pelo SUS, que prestam relevantes serviços a toda rede pública do SUS em Santa Catarina, também, o clamor é evidente.

Colocamos aqui reiteradas vezes, desta tribuna, em dezenas e dezenas de audiências públicas que realizamos por todo o estado, pedidos, por favor, por recursos financeiros. E o estado apenas reiteradamente afirma que não tem

recursos. Mas os recursos do Revigorar III, onde estão? Onde estão os recursos do Revigorar III?

E são mais de R\$ 220 milhões, aproximadamente. E faz parte do meu pedido de informação para o governo esclarecer o montante arrecadado.

Em dezembro do ano passado, o secretário estadual da Saúde, dr. Dalmo de Oliveira, compareceu a uma audiência da comissão de Saúde e da comissão de Finanças, desta Casa, para falar sobre essa questão da aplicação dos recursos do Revigorar III. Aí a estimativa girava em torno de R\$ 220 milhões de arrecadação. Aplicou-se 10%, em torno de R\$ 20 milhões. E onde estão os R\$ 200 milhões?

A Saúde já não recebe os 12% dos recursos que são destinados aos Fundos Sociais e aos Fundos do Sintec. Nos últimos cinco anos foram mais de R\$ 300 milhões que deixaram de ir para Saúde por esses fundos. São mais de R\$ 200 milhões em função de que antes também era computado nos 12% o pagamento dos inativos.

Hoje, na audiência que fizemos nesta Casa, com a presença do Tribunal de Contas do Estado, o Tribunal confirmou que nesses últimos anos mais de R\$ 500 milhões devidos à Saúde deixaram de ir para a Saúde.

O secretário Dalmo Claro de Oliveira, hoje, anunciou que o contingenciamento do orçamento que está sendo anunciado pela secretaria estadual da Fazenda já antecipa um corte de R\$ 80 milhões para a Saúde, que já está minguada, que está sem recursos e que o repasse dos 12% não é linear. A Saúde não está recebendo os 12% devidos. Esse é um grande problema que já constatamos aqui.

Já colocamos em audiências públicas que os 12% têm que ser repassados de forma linear, mês a mês. Não adianta repassar 6%, 7% e em outubro, novembro a secretaria estadual da Saúde, secretária da Fazenda, autoriza e libera um montante elevado, que não conseguem serem gastos apenas naqueles últimos meses, dois meses finais. Isso não permite ter um planejamento para que a própria secretaria estadual da Saúde cumpra as suas finalidades.

Quanto à secretaria estadual da Saúde, temos informações extraoficiais que está minguada de recursos, que não consegue atender aos apelos, às reivindicações dos municípios, dos hospitais, não consegue atender à demanda própria da secretaria, porque os recursos não estão sendo repassados na medida certa dos 12%. Além do mais, os recursos do Revigorar III seriam um reforço, um extra, um montante extraordinário de recursos para poder atender a essa prioridade - e o próprio governador falou em campanha que saúde seria prioridade um, prioridade dois, prioridade três, que as pessoas estariam em primeiro lugar. Mas se fosse realmente assim, ele faria com que esses recursos do Revigorar III, no mínimo, já estivessem destinados para a Saúde catarinense. E não foram.

Nós estamos esperando a resposta oficial ao pedido de informação, mas temos apenas essas informações extraoficiais.

O estado não pode continuar. O governo do estado, a secretaria da Fazenda e o governador, que responde em última instância por essa prioridade absoluta e emergencial de saúde, não pode continuar contempORIZANDO essa situação.

Portanto, deixo aqui um apelo veemente ao governador do estado, para que os recursos do Revigorar III sejam imediatamente colocados à disposição da secretaria estadual da Saúde, para atender às inúmeras, múltiplas e infinitas demandas que a saúde do povo de Santa Catarina...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às 19h.

Está encerrada a sessão.